



REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU E COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PRIMEIRO GRAU - 24 de junho de 2016
LISTA DE PRESENÇA

Nome	Assinatura
ERASM FERREIRA GUERDES	
Joudson Medeiros de Oliveira	
João F. Malos Júnior	
Nilton Branguerini Filho	
Carlos Fernando Silva Ramos	Serrano
Paulo Augusto Oliveira (AP/PA)	
Rosyvan Cruzada da Silva Sereia	

ASPLAN
Nº. 382

EM BRANCO



ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU E COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PRIMEIRO GRAU.

I – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO: - 24 de junho de 2016, 16 horas, na Sala de Reuniões da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

II – MODO DE CONVOCAÇÃO: - Os membros foram convocados via email pela Assessoria de Planejamento e Organização do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

III - PAUTA: 1) Aprovação da ata da reunião anterior; 2) Plano de Ação do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau; 3) apresentação do levantamento das deliberações do Comitê e respectivos encaminhamentos; 4) apresentação de levantamento das demandas dos Juizados; 5) apresentação da formulação da proposta orçamentária; 6) o que ocorrer.

IV – QUÓRUM DE INSTALAÇÃO: - Juiz Auxiliar da Presidência João Teixeira de Matos Junior – Presidente do Comitê Gestor Regional e Comitê Orçamentário de Priorização do Primeiro Grau; Juiz Nilton Bianchini Filho (Titular); Juiz Carlos Fernando Silva Ramos (Titular). Registrada a ausência do servidor Célio Augusto Vilhena Farias; presente o servidor Efraim Ferreira Guedes suplentes do titular Eduardo Maciel Nunes. Presentes também, os senhores Job Duarte Morais, Assessor de Planejamento e Organização; Joudson Medeiros de Oliveira, servidor e membro do núcleo de estatística.

V – DELIBERAÇÕES: - A reunião foi aberta pelo senhor Presidente dos Comitês, Juiz Auxiliar da Presidência João Matos Júnior que cumprimentou todos os presentes, passando ao primeiro item da pauta: 1) **Aprovação da ata da reunião anterior.** Após a leitura e realizadas as considerações, a ata foi aprovada por todos os presentes. Na ocasião, o presidente dos Comitês, juiz João Matos, solicitou a participação de outros



integrantes do comitê ou AMAAP para acompanhar os trabalhos referentes a Equalização da Força de Trabalho (Resolução 219/CNJ); o Assessor de Planejamento, Job Moraes, ressaltou a importância de todos assinarem a lista de frequência, conforme orientação da Portaria 59/CNJ. Houve a solicitação do Dr. Carlos Fernando sobre a participação da Associação dos Magistrados e do Sindicato, no Grupo de Trabalho, o que foi informado à expedição de ofícios a AMAAP e SINJAP, para que seus membros participem das reuniões. O Dr. João Matos informou, ainda, sobre a equalização da força de trabalho do 2º para o 1º grau, em especial, no 1º grau de jurisdição, quanto ao número de serventários em secretarias que têm ou não demanda em relação à distribuição processual e respectiva produtividade gerencial. **2) Plano de Ação do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau.** Na oportunidade, o Assessor de Planejamento, Job Moraes, esclareceu que, a pedido do juiz Carlos Fernando, o Plano de Ação apresentado na reunião passada tomou uma nova formatação, desta vez em forma de gráficos referentes à política de ação pleiteada pela Resolução 194/CNJ. Com base nos gráficos apresentados, Job Moraes esclareceu a importância e o papel da Alta Gestão de manter os programas, projetos e ações pretendidas pelo TJ, relacionados ao Planejamento Estratégico, sustentados pelos Patrocinadores; Núcleo de estatísticas e Escritório de Projetos, que monitoram o alinhamento. O juiz Carlos Fernando perguntou sobre o "Melhor +". O Assessor de Planejamento informou que o processo referente passou pelo Escritório de Projetos e foi encaminhado à CLC com o Termo de Referência para coleta de preço médio do Serviço de Consultoria Especializado para as deliberações da Alta Gestão; Dentre outros, falou-se sobre a dotação orçamentária. Job Moraes explicou que, com base na Resolução 195, foram criadas as comissões orçamentárias do 1º e do 2º graus – dividindo o orçamento para o 1º grau, o 2º grau e Administrativo. É com base nesse formato que o orçamento do Tribunal está sendo elaborado; Dentro do Plano de Ação, falou-se sobre os projetos estratégicos da parte de infra-estrutura que estão relacionados: Virtualização, Modernização e Justiça na Comunidade, de modo que as ações sejam associadas à

Car, 17



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

ASPLAN
Pis. 389

realização dos mesmos. Job esclareceu que, à medida que esses projetos forem sendo realizados, a prestação de contas referente ao acompanhamento, para os membros do Comitê, é imediato. Na seqüência, em primeira mão, o Juiz João Matos informou à Comissão que todos os Juizados Especiais e Turma Recursal já se encontram plenamente virtualizados. O juiz informou que a mesma medida será para as Varas Cíveis e de Família, a partir do mês de agosto. Em setembro, as serventias criminais. O objetivo é que, até final do mês de dezembro o pacote de virtualização da Justiça do 1º grau esteja pronto. Para o 2º grau, o Juiz João Matos disse que até o final de janeiro/2017 o processo de virtualização estará concluído. Em outro ponto, Job Moraes falou dos recursos, resultado de emendas que a bancada parlamentar do Amapá estaria captando para área infra-estrutural da Justiça do Amapá, porém, o entrave para a liberação se encontra no momento de crise financeira na qual o país está enfrentando; João Matos fez lembrar à Comissão sobre os novos espaços imobiliários que o TJ está conseguindo para estabelecer jurisdição do 1º grau, dentre eles: o prédio na Raimundo Álvares da Costa; o Juizado Norte a funcionar dentro do prédio da Justiça Federal e centro de conciliação de conflitos a ser instalado na nova estrutura do TRE, na Zona Norte, sem nenhum custo para o Tribunal. Outras tratativas estão em andamento a respeito da permuta dos terrenos onde funcionam a vice-governadoria e vice-prefeitura, para a utilização da Justiça estadual. Quanto ao Plano de Obra para ser executado, o Juiz João Matos informou que faltam apenas os indicadores; Falou-se ainda sobre o Suprimento de Fundos para as comarcas a fim de serem utilizados para pequenas despesas de manutenção; no quesito Governança Colaborativa, o Assessor de Planejamento lembrou tratar-se do funcionamento dos Comitês e das discussões para o melhor andamento das ações, com encaminhamento das atas das reuniões, freqüências, para controle do CNJ e possibilidade de concorrer ao Selo Ouro, mediante tais comprovações. O Dr. J. Matos falou da imprescindível participação dos demais magistrados no processo de governança participativa, dando sua contribuição na eleição da Gestão. Essa mudança deve ocorrer não apenas no



Regimento, mas, na própria Lei de Organização Judiciária. Já existe uma emenda aprovada no Senado, fruto de campanha da AMB; falou-se ainda sobre o processo de Audiência Pública; Câmaras de Conciliação: a Ambiental, a funcionar na SEMA e a do PROCON, em funcionamento do Fórum de Macapá; No respeitante ao tema Formação Continuada, Job Moraes falou de recursos específicos repassados para a EJAP, na realização de cursos. O Juiz João Matos ponderou o formato dos cursos, na medida em que deveriam acontecer em pertinência com as exigências da Instituição, especialmente nas matérias que os servidores laboram diariamente dentro das respectivas unidades – o que quem o serviço precisa – entender a matéria para aplicar no concreto. O juiz Nilton Bianchini deu como sugestão, programar a cada bimestre, cursos para que serventuários de todas as comarcas aprendam, por exemplo, a utilizar as ferramentas de sistemas; geração de relatórios; gerenciamento de unidade, coisas bem específicas. Job Moraes explicou que, dentro da Gestão de Competência, é fundamental que os magistrados e chefes de secretarias façam cursos voltados à gestão/liderança, para que os índices que trabalham gestão possam ser melhorados.

3) apresentação do levantamento das deliberações do Comitê e respectivos encaminhamentos. A Assessoria de Planejamento complementarará as informações e será encaminhado na próxima reunião. **4) apresentação de levantamento das demandas dos Juizados.** Com base nos gráficos, foi feita análise dos números de processos distribuídos e arquivados nos Juizados Especiais, nos anos 2013/2014/2015. O Dr. J. Matos falou sobre o câmbio flutuante, em relação às Varas com demandas especiais. Foi utilizado o exemplo da 4ª Vara dos Juizados Especiais, onde foi direcionada competência especial, apesar de ter competência geral. Se o número de processo especial for menor ou atingir o seu limite, esta terá distribuição de processos de competência geral. Se reduzir a demanda especial, somente então ela receberá demanda geral. Se tiver muita demanda geral, a vara não recebe demanda especial. Em razão de outros compromissos, o presidente do Comitê Gestor Regional e Comitê Orçamentário de Priorização do 1º Grau, Dr. J. Matos passou a condução dos



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau


ASPLAN
Pis. 585

trabalhos para o juiz Nilton Bianquini, por ser o mais antigo, na ocasião. Em vista ao equilíbrio ao número de demandas nos Juizados do Centro, o juiz Carlos Fernando indicou estudo para dirimir o porquê que alguns Juizados estão trabalhando abaixo de sua capacidade, em detrimento de outros, com certa desproporcionalidade na distribuição processual e o número de servidores lotados nessas unidades, especialmente nos Juizados Cíveis. O Juiz Nilton Bianquini sugeriu estudo detalhado sobre esse fenômeno. Ao final, o Analista Estatístico da ASPLAN, Joudison Medeiros, esclareceu que a pretensão da Resolução 219/CNJ, sobre a equalização da força de trabalho, é que haja correspondência entre número de processos e número de servidores em determinada Vara. 5) **apresentação da formulação da proposta orçamentária.** Com o orçamento do Tribunal está dividido em primeiro grau, segundo grau e administrativo, a apresentação do orçamento deverá ocorrer após a homologação do Comitê Gestor do Segundo e aprovação pelo pleno, apresentando os limites estabelecidos pelo Estado. 6) **O que ocorrer.** Não houve manifestação por parte

VI – **ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Juiz João Matos deu por encerrada a reunião. Esta Ata depois de lida e aprovada será assinada por todos os membros presentes. Macapá-AP, 24 de junho de 2016.


Juiz João Teixeira de Matos Junior

Presidente do Comitê Gestor Regional e Comitê Orçamentário de Priorização do
Primeiro Grau


Juiz de Direito Nilton Bianquini Filho
Membro Titular



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

Juiz Carlos Fernando Silva Ramos

Membro Titular

Efraim Ferreira Guedes

Membro Suplente

Job Duarte Morais

Assessor de Planejamento e Organização

Rosywan Cantuária da Silva Ferreira
Gerente do Projeto "Agenda Estratégica"